

Trump não comprou a Groenlândia – mas conseguiu parte do que queria

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 19 de outubro de 2026

Desde os primeiros dias de seu governo, o presidente Trump vem afirmando que a Groenlândia, a enorme ilha autônoma integrante do Reino da Dinamarca, deveria passar a ser controlada pelos EUA. Na sexta-feira, dia 18 de setembro, Trump finalmente encontrou razões para comemorar o resultado de sua pressão. Em sua rede social, o presidente anunciou que havia chegado a um acordo com a Dinamarca e a Groenlândia, que finalmente concederia aos Estados Unidos “o controle permanente sobre a segurança e todas as demais necessidades na Groenlândia”.

O texto do acordo final deverá se tornar público esta semana, quando será formalmente assinado, durante a Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Pelo que Trump divulgou, entretanto, já se sabe que o acordo não teve “custos para os Estados Unidos” e lhe daria a capacidade de “fazer o que for necessário” para “garantir e defender a segurança da Groenlândia”.

Os EUA já tinham, desde 1951, bastante liberdade para atuar na Groenlândia. Um acordo firmado naquele ano entre os EUA e a Dinamarca – e ainda em vigor – já autorizava os EUA a criar e operar “áreas de defesa” em comum acordo com os dinamarqueses. Dentro delas, os EUA têm direitos muito amplos de construção, operação, estacionamento de tropas, armazenagem e segurança. Além disso, o acordo de 1951 dá aos EUA o direito de trânsito terrestre, marítimo e aéreo entre as áreas de defesa e permite que aeronaves americanas sobrevoem e pousem na Groenlândia. Neste ponto, portanto, não parece ter havido grandes mudanças no entendimento entre os dois países sobre o direito dos EUA de operar militarmente na ilha.



Sendo a Dinamarca um membro da OTAN, seria politicamente inconcebível, nas circunstâncias atuais, imaginar a instalação de bases militares russas ou chinesas na Groenlândia, independentemente da existência de qualquer acordo adicional. Há, entretanto, um aspecto inovador no acordo anunciado por Trump: os adversários dos EUA estariam impedidos de realizar determinados “investimentos sensíveis” na ilha. Segundo Trump, tais investimentos dependeriam de aprovação americana. Esse tipo de restrição não está previsto no acordo de 1951 e acrescenta uma dimensão econômica às restrições estratégicas à atuação, por exemplo, de empresas chinesas na ilha. Pode-se imaginar que, a partir de agora, empresas chinesas possam ser impedidas de controlar portos groenlandeses, explorar determinados recursos minerais estratégicos ou realizar outros investimentos considerados sensíveis por Washington.

Essa vedação aos “investimentos sensíveis” de adversários na Groenlândia está perfeitamente alinhada com o “Corolário Trump à Doutrina Monroe”, constante da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, divulgada em dezembro do ano passado. Segundo tal corolário, apelidado de “Doutrina Donroe”, os EUA “negarão aos competidores extra-hemisféricos a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, ou de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais em nosso Hemisfério”. A novidade do Corolário Trump está justamente aí:

a lógica de exclusão de potências extra-hemisféricas passa a alcançar, além da presença militar, portos, infraestrutura, recursos minerais e outros ativos econômicos considerados estratégicos.

O governo dinamarquês já se posicionou acerca do anúncio. A primeira-ministra Mette Frederiksen afirmou estar satisfeita com a perspectiva de um acordo que fortaleça a segurança comum no Ártico e no Atlântico Norte e beneficie a OTAN e a Europa. Mas acrescentou um ponto essencial para o entendimento da questão: o acordo deve reconhecer “a soberania e a integridade territorial do Reino e o direito do povo groenlandês à autodeterminação”. Destaque-se que, enquanto Trump sublinha o controle estratégico obtido sobre a ilha, Frederiksen ressalta a manutenção da soberania dinamarquesa.



O interesse de Trump pela Groenlândia remonta pelo menos ao seu primeiro mandato. A ideia de comprar a ilha foi sugerida ao presidente em 2018 por Ronald Lauder, empresário e amigo de longa data de Trump. Oito anos depois, Trump não conseguiu a posse da Groenlândia, mas parece ter obtido um mecanismo para impedir que seus adversários adquiram posições econômicas consideradas estrategicamente sensíveis na ilha. Em um momento de dificuldades na política externa, marcado pela guerra no Oriente Médio e pela persistência do conflito na Ucrânia, o

acordo oferece à administração Trump um resultado concreto a apresentar ao eleitorado americano às vésperas das eleições legislativas de novembro.

Este artigo foi originalmente publicado na Gazeta do Povo, em
21 de setembro de 2026

*Se você gosta do conteúdo do blog e pode colaborar com sua
manutenção, junte-se àqueles que se tornaram apoiadores*

clique aqui e saiba como!